



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2021.0000273465

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2062767-11.2021.8.26.0000, da Comarca de Votuporanga, em que é impetrante MURILO FAUSTINO FERREIRA e Paciente JEAN MARCEL AGOSTINELI.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 16ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem, na parte conhecida, recomendando-se ao d. Juízo, nos termos propostos pela d. Procuradoria Geral de Justiça, que envide esforços para antecipar a solenidade designada para o dia 03/08/21. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CAMARGO ARANHA FILHO (Presidente sem voto), OTÁVIO DE ALMEIDA TOLEDO E GUILHERME DE SOUZA NUCCI.

São Paulo, 13 de abril de 2021.

NEWTON NEVES

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO N.º...: 44158
H.C. N.º...: 2062767-11.2021.8.26.0000
COMARCA...: VOTUPORANGA
IMPTE....: MURILO FAUSTINO FERREIRA
PACIENTE.: JEAN MARCEL AGOSTINELI

HABEAS CORPUS – Tráfico de drogas – Ataque à prisão preventiva – Legalidade da custódia cautelar e conformidade da prisão com a Recomendação n.º 62, do CNJ, reconhecida por esta C. Corte, em anterior impetração, j. 22/09/20 – writ não conhecido, neste ponto – Excesso de prazo – Prisão em flagrante em 14/07/20 – Manutenção do recebimento da denúncia após defesa preliminar, conforme rito da Lei Antidrogas – Designação, em 24/03/21, de AIJ para 03/08/21 - Ausência de desídia ou incúria do Juízo na regência do processo - Excesso de prazo que não se constata nos autos – Ordem denegada, com recomendação - (voto n.º 44158).

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de Jean Marcel Agostineli, alegando o impetrante, em síntese, sofrer o paciente constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa e por ausência de análise da necessidade de manutenção da prisão processual, nos termos do art. 316, parágrafo único, do CPP.

Expõe que o paciente está preso preventivamente desde 14/07/20, sem previsão da designação de audiência de instrução e sua prisão não foi revisada conforme dispõe o art. 316, parágrafo único, do CPP.

Sustenta preencher o paciente os pressupostos para a concessão da liberdade provisória pois é primário, com bons antecedentes,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

residência fixa e ocupação lícita.

Alega, ainda, a desproporcionalidade da medida vem que em eventual condenação pode fazer jus aos benefícios do art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/06 e invoca a decisão proferida no HC n. 165704 do STF.

Pede a concessão da ordem, com antecipação liminar, para que possa o paciente responder ao processo em liberdade e, subsidiariamente, a aplicação de quaisquer medidas cautelares alternativas.

A liminar foi indeferida (fls. 384/388).

As informações foram prestadas (fls. 390/391).

A d. Procuradoria Geral de Justiça propôs a denegação da ordem, na parte conhecida, recomendando-se à autoridade impetrada que envide esforços para antecipar a solenidade designada para o dia 03/08/21 (fls. 403/408).

É o relatório.

A ordem deve ser denegada.

O paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei Antidrogas, porque no dia 13/07/20, na comarca de Votuporanga, tinha em depósito e guardava 18,520kg (dezoito quilogramas e quinhentos e vinte gramas) de maconha, na forma de 28 tijolos e 11 porções menores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

prontas para a venda.

Conforme a inicial, policiais em patrulhamento passavam defronte à residência do paciente e, por este ter demonstrado nervosismo ao notar a viatura, realizaram a abordagem.

Com Jean Marcel os policiais encontraram R\$ 25,00 em dinheiro, mas nenhuma droga. No entanto, os policiais sentiram forte odor de maconha exalado pela residência do paciente, e por tal motivo fizeram buscas no seu interior, vindo a encontrar, escondida em um quarto, toda a droga acima descrita.

No interior do imóvel ainda havia balanças de precisão, facas com o gume impregnado de droga, celular e outros objetos destinados à preparação e embalo.

No celular apreendido com o paciente, a perícia constatou a presença de diálogos envolvendo a soltura de criminosos e atos de comercialização.

Conclui a acusação que *"pelas circunstâncias que envolveram a apreensão, notadamente a quantidade de droga encontrada (incompatível com a mera condição de uso), o dinheiro sem origem declarada e os petrechos, o entorpecente realmente se destinava ao comércio espúrio"*.

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 61/65 dos autos de origem) e posteriormente, em 23/09/20, foi indeferido pedido



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de liberdade provisória (fls. 397/398).

Este E. Tribunal de Justiça reconheceu a legalidade da prisão preventiva em anterior impetração, j. 22/09/20 (HC n.º 2210116-52.2020).

Em 24/03/21 foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 03/08/21 (fls. 389/390 da origem) e em 25/03/21 foi mantida a prisão preventiva, em cumprimento ao art. 316, parágrafo único, do CPP (fls. 397/398 da origem).

Estes são os fatos e fundamentos que se passa a analisar.

A legalidade da prisão preventiva e sua conformidade com a Recomendação n.º 62/20, do CNJ, foi reconhecida por este E. Tribunal de Justiça, nos autos do mencionado *habeas corpus*, razão pela qual, não havendo fato novo ou circunstância nova que autorize sua reanálise, a impetração não é conhecida, neste ponto.

E da análise das marchas do feito de origem, não se nota, da documentação colacionada e da consulta aos autos de origem, e ao menos por ora, estar a prisão preventiva maculada de ilegalidade pelo excesso de prazo para a formação da culpa.

O paciente está preso desde 14/07/20.

Oferecida a denúncia, foi cumprido o rito próprio da Lei n.º 11.343/06, com notificação do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

paciente para que apresentasse defesa preliminar e, depois de mantido o recebimento da denúncia, aguarda o feito a audiência concentrada de instrução, debates e julgamento, designada para o dia 03/08/21.

Ainda, a prisão preventiva foi mantida por r. decisões proferidas em 23/09/20, 27/10/20 e 25/03/21, não constatada, deste modo, ilegalidade na custódia pela suscitada ofensa ao art. 316, parágrafo único, do CPP.

Nesta direção, firmou o Superior Tribunal de Justiça que *"sobre a alegação de ausência de renovação nonagesimal da prisão preventiva, registre-se, então, que a Suprema Corte, no julgamento da Suspensão de Liminar n. 1.395, fixou a seguinte tese: a inobservância do prazo nonagesimal previsto no parágrafo único do artigo 316 do Código de Processo Penal não implica automática revogação da prisão preventiva, devendo o juiz competente ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos (SL n. 1.395/SP, Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgamento em 14 e 15/10/2020)"* (HC 621.890/GO, 6ª Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, j. 23/20/21).

E pelos trâmites do feito de origem não se constata, por ora, mácula de ilegalidade na custódia cautelar pelo tempo de sua duração.

O excesso, para constranger, deve ser imotivado, fruto do descaso, particularidades que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

não se verificam no caso dos autos.

Isso porque, conforme já destacado, o paciente foi preso em 14/07/20, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva, esta C. Corte reconheceu a legalidade da prisão preventiva em 22/09/20 e, cumprido o rito próprio da lei especial, em 24/03/21 foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 03/08/21.

Neste cenário não se vê, das balizas tomadas pelo feito, desídia do Juízo na regência do feito, a causar delonga desnecessária e que macule a prisão processual de ilegalidade por excesso de prazo.

O limite da lei não é fatal, nem improrrogável. É prazo voltado a balizar razoavelmente o tempo da instrução, que, em circunstâncias próprias, pode, sim, ser alargado.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça, em v. aresto lançado no julgamento do Habeas Corpus nº 896 – DF, relatado pelo d. Ministro Vicente Cernicchiaro, já assentou: *“O direito, como fato cultural, é fenômeno histórico. As normas jurídicas devem ser interpretadas consoante o significado dos acontecimentos, que, por sua vez, constituem a causa da relação jurídica. O Código de Processo Penal data do início da década de quarenta. O país mudou sensivelmente. A complexidade da conclusão dos inquéritos policiais e a dificuldade da*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

instrução criminal são cada vez maiores. O prazo de conclusão não pode resultar de mera soma aritmética. Faz-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo. O discurso judicial não é simples raciocínio de lógica formal”.

É preciso ficar claro que não é exclusivamente o tempo da tramitação do feito que pode ensejar o reconhecimento do constrangimento. Ele deve decorrer, também, de outros fatores, dentre eles o descaso do juiz, que pode ser reconhecido, por exemplo, na prática de diligências desnecessárias. Aliás, *“o prazo para ultimar a instrução, no processo-crime, é um parâmetro a sinalizar o tempo razoável de duração da ação penal. Não é um lapso peremptório e fatal, cuja superação venha a gerar automática liberação do encarcerado. Há outros valores a serem considerados e eles podem justificar a preservação da custódia do paciente”* (H.C. nº 330.870-4 – São Bernardo do Campo – Relator Des. Renato Nalini).

Logo, evidencia-se inexistir injustificada dilação na condução do processo por parte do Juízo, tendo em vista que o processo vem sendo regido em ponderado espaço de tempo, ante as peculiaridades apontadas.

Portanto, já reconhecida a legalidade da prisão preventiva em anterior impetração, e não constatada ilegalidade na prisão preventiva pelo suscitado excesso de prazo, deve a ordem ser denegada, na parte conhecida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Do exposto, e pelo meu voto, denego a ordem, na parte conhecida, recomendando-se ao d. Juízo, nos termos propostos pela d. Procuradoria Geral de Justiça, que envide esforços para antecipar a solenidade designada para o dia 03/08/21.

Newton Neves
Relator